

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda uma denúncia relativa a alegadas situações de discriminação de género e de uso de linguagem sexista e homofóbica no Comando Territorial de Setúbal da Guarda Nacional Republicana.

De acordo com esta denúncia, o tenente coronel que dirige o Comando Territorial de Setúbal alegadamente usa de forma recorrente linguagem ofensiva e discriminatória contra guardas da GNR que estão sob o seu comando. A acusação é particularmente grave ao nível da discriminação de género. Os denunciantes afirmam que além de tratar as guardas pelo nome próprio, o que é um tratamento desigual e inapropriado no contexto da Guarda Nacional Republicana, «usa termos como “a gaja está grávida, vai parir e é menos uma para trabalhar”».

A confirmarem-se estas denúncias, esta é uma situação que em nada dignifica a Guarda Nacional Republicana. Para enfrentar prevenir este tipo de situações, nomeadamente ao nível da formação, existe uma Comissão para a Igualdade de Género e Não Discriminação da Guarda Nacional Republicana e um Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança. No entanto, é preciso garantir também que, caso sejam confirmadas situações discriminatórias por parte de superiores hierárquicos, as forças de segurança têm procedimentos adequados para restabelecer um ambiente conforme aos valores constitucionais da igualdade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Administração Interna conhecimento desta situação?
2. Em que medida o Ministério da Administração Interna pretende atuar para assegurar que comportamentos como os acima descritos não são tolerados nas forças de segurança?
3. Em que fase de implementação se encontra o Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança? E de que forma poderá esse plano ser

reforçado?

Palácio de São Bento, 3 de outubro de 2022

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)